

Camelôs empresários ou de tecnologia: funcionalidade para o capital e formas de reivindicação na rua

Resultado de investigação realizada/Tese de doutorado Unicamp-SP.

GT 18 - Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Bruno José Rodrigues Durães¹

Resumo

O presente texto é sobre os trabalhadores que ofertam produtos tecnológicos no Centro do Rio de Janeiro. O objetivo é evidenciar a nova informalidade de rua, que sai da ligação direta com a sobrevivência e passa a uma esfera mais rentável, pondo em foco um tipo de atividade que sofre interferências diretas do mundo formal, assumindo feições empresariais. São reconfigurações que servem ao capital, são trabalhadores gratuitos para o capitalismo. Apresentamos entrevista com uma representante sindical e o resultado de 42 questionários aplicados com camelôs.

Palavras chave: Informalidade, Trabalho Precário e Camelô de Tecnologia

Introdução

A informalidade na sociedade brasileira é uma constante, não apenas em formas de trabalho de rua, mas também, cada vez mais, como uma forma de baratear o custo com o trabalho via processos de terceirização. Nessa direção, precarizam-se determinados postos de trabalho antes tidos como estáveis. Portanto, a informalidade, apesar de representar um elemento cultural no Brasil, é usada como artifício para burlar as leis – ferramenta de exploração do trabalho e reduto de sobrevivência de milhões de pessoas.

Todavia, no século XXI, ela deixa de ser uma forma de trabalho com características exclusivas, tida como um trabalho pretérito, passando a uma forma de trabalho *tipicamente capitalista e* marcante como ocupação para cerca de metade da população ativa. Não se pode mais conceber a informalidade (no Brasil) como algo apartado do capitalismo, nem como resquícios de formas passadas de trabalho que seriam extintas gradualmente. Ao contrário, a informalidade se reconfigura, assume aspectos similares aos trabalhos formais, representando, em grande parte dos casos, a forma típica de trabalho. Em boa parte das situações, é marcada pela redução de direitos, benefícios e rendas, apesar da camuflagem de formalidade. Por certo, a fronteira entre trabalho formal e informal, no aspecto conceitual, caiu por terra, o registro em carteira de trabalho não é mais um atributo eficaz para distinguir esses trabalhos. Na verdade, ambos, em geral, representam trabalhos precários.

A informalidade demonstra ser uma via reconfigurada de expansão do sistema. Pode ser compreendida como uma das novas válvulas de rentabilidade, que, em um contexto de crise econômica, cria novos espaços de circulação de produtos, sem se importar com a legalidade desse processo. Assim, é preciso compreender a informalidade dentro desse cenário mais geral de crise do capital e de busca pelo lucro.

No caso da informalidade de rua, esse processo de reconfiguração ficou bastante evidente, basta observar o estilo de determinados camelódromos no Brasil e suas bancas de vendas, que mais parecem lojas, com toda a estrutura formal, porém, sem emitir nota fiscal ou dar garantia oficial dos produtos.

¹Professor de Sociologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

Contratam-se funcionários, aceitam cartões, entre outros elementos. Um exemplo desse novo informal é o *camelô de tecnologia, de produtos tecnológicos ou globais* (Durães, 2008, 2011, 2012).

Em outra via, no Brasil, desde o final do século XX, passou a ocorrer um processo de *sindicalização da informalidade* urbana. Não sabemos se esse processo foi apenas decorrente do poder público, como forma de controlar os trabalhadores, construir um consentimento forçado, exigindo a criação de entidades de representação, ou se, realmente, sob outro prisma, isso parte da própria mobilização dos trabalhadores que lutaram por seus direitos e pelo direito de trabalhar nas ruas². Essa questão é polêmica, ao passo que o governo busca mais eficiência e controle sob o trabalho, termina, por outro lado, estimulando formas de luta.

De outro modo, a luta por melhores condições e pelo direito ao trabalho é um elemento histórico no Brasil. Desde o século XIX, ou antes, temos relatos de reivindicações dos trabalhadores de rua³. A informalidade urbana possui uma tradição de enfrentamento diante do poder público e de setores preconceituosos da sociedade.

A proposta do texto será apresentar a informalidade de rua reconfigurada, além de trazer reflexões da luta dos trabalhadores informais na atualidade. Sem dúvida, estes trabalhadores são componentes da classe trabalhadora a serviço do capital, parte do exército de reserva e são “trabalhadores gratuitos”, sem custos para o sistema (Durães, 2005).

Os camelôs de tecnologia

Estes novos camelôs possuem práticas próprias, mas outras marcadas por elementos oriundos da formalidade⁴. Incorporou-se um estilo diferenciado no processo e nas relações de trabalho, cujo epicentro é a própria ideia capitalista de ter naquela atividade um meio de obtenção de maior lucro.

Não se pode mais falar em indivíduos que vivem apenas ligados à sobrevivência imediata, com baixa escolaridade, pouca qualificação, pouca experiência em trabalhos formais, sem funcionários que

²É bastante conhecido no Brasil o debate em torno do sindicato corporativista e autoritário, herdeiro do getulismo. Nesse contexto, o Estado tomava a iniciativa de organizar os trabalhadores, representando uma forma de construção de um consentimento e de uma hegemonia a partir do alto, um consentimento forçado, através da liberação de determinados benefícios, expressando, na verdade, formas de cooptação dos trabalhadores, sobre esse debate ver Araújo (2002) “Estado e Trabalhadores”. É interessante ver também o livro “Sindicalismo e Política” (Rodrigues, 1997), em que aparece esse novo sindicalismo e a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O autor escreve sobre essa retomada sindical, diz que esse sindicalismo, do final da década de 70 e início de 80 do século XX, representa: “[...] a luta por novos direitos no espaço da produção, assim como a busca de cidadania na esfera política” (Id., *ibid.*, p.25). Ainda sobre esse tipo de sindicalismo (precisamente sobre o denominado sindicalismo de Estado, que engessa a luta dos trabalhadores, passando uma ideologia do trabalho e da integração, através de uma estrutura sindical que em si é estatal) e sobre as greves do período, ver, respectivamente, os livros “O Sindicalismo de Estado no Brasil” (Boito Jr., 1991) e a “A Rebelião do Trabalho” (Antunes, 1992)

³Ver Reis (1991, 2000 e 2003) e Durães (2006).

⁴Os dados que iremos apresentar aqui é resultado de minha tese de doutoramento em Ciências Sociais na Unicamp em 2011, sob orientação da Prof.^a Angela Araújo. A pesquisa foi sobre os camelôs de tecnologia do Camelódromo da Uruguaiana, Centro do Rio de Janeiro. Entrevistamos (através de questionários) 42 camelôs entre proprietários e funcionários, de um total aproximado de 250 (conforme contagem direta feita no local, em 2008/9), portanto, pesquisamos cerca de 17% do total de “lojas” de camelôs de tecnologia. Existe um total de 1600 boxes cadastrados neste camelódromo (no caso, 1600 camelôs), conforme dado obtido junto à Associação de Comerciantes Informais do Mercado Popular da Rua Uruguaiana. Mas não são 1600 “negócios”. Digo isso, pois muito dos “negócios” possuem mais de um box conjugado, isto é, mais de um camelô proprietário envolvido, por vezes, existem 2 ou 3 boxes juntos, mas que representam apenas um negócio, que pode ter mais de um camelô-proprietário associado. Isto é, o número de negócios (ou lojas) é menor.

não familiares. Pode-se falar agora de um “negócio” na rua, com internet, ar-condicionado, aceitando cartões, dando garantia, com funcionários.

Estes camelôs terminam sendo uma espécie de “loja”, assumem feição formal, mas não possuem qualquer aparato jurídico, apenas o registro municipal.

Cerca de 83% dos camelôs pesquisados disseram que sua atividade parece uma loja (Durães, 2011). Essa questão foi respondida tanto por funcionários quanto por proprietários, ou seja, tanto da ótica do dono quanto do funcionário, a atividade é vista como uma empresa, como disse um camelô-proprietário:

Isso aqui é como uma empresa qualquer, temos horário fixo de funcionamento, fazemos vendas, controlamos o que vende e o que não vende, pagamos taxas para associação, ficamos de olho no horário dos funcionários, enfim, é uma empresa, a diferença é que estamos na rua [...]. (Camelô-proprietário, 2008)⁵.

Um camelô-funcionário (2008)⁶ respondeu da seguinte forma:

Aqui é como se fosse uma loja normal de *shopping*, temos horário para cumprir, ganhamos um salário, temos horário de almoço, tem cobrança do patrão. É puxado como numa loja, principalmente, quando tem clientes chatos.

Mario (camelô proprietário, nome fictício) informou que sua atividade é como uma loja, disse que contrata mais funcionários no final do ano, período com maiores vendas, diz “[...] período de agitação”. Disse que contrata cerca de 3 funcionários extras, por até 3 meses e que paga, além do salário mensal ou semanal, parte do 13º salário, como acontece no meio formal legal. Perguntei sobre esse tipo de contrato que ele faz, mas Mario desconversou e afirmou apenas que é um contrato pessoal dele com o funcionário e que é com recibos.

Contraditoriamente, esse mesmo camelô respondeu afirmativamente a questão seguinte do questionário, se ele se considera camelô, justificando que não é uma “empresa”, ou seja, diferente da resposta imediatamente anterior. Por sinal, apenas para situar, Mario é um camelô que está em atividade desde 1994, período em que surge o camelódromo da Uruguaiana. Ele começou a trabalhar na informalidade com 24 anos, antes teve alguns trabalhos formais como o de porteiro na cidade do Rio de Janeiro, quando veio do Nordeste.

Passa a ocorrer na informalidade de rua uma espécie de formalização avessa por não incorporar os direitos intrínsecos à formalidade. Além disso, caracteriza-se por ser “perversa”, pois incorpora em seu fazer diário a ode do lucro empresarial, vivenciado pelo camelô-proprietário. Este, incorporado nesse ideário empresarial, termina por “viver” (guiado) pelos ganhos obtidos na comercialização, vigiando, explorando e buscando novas formas para melhor se utilizar dos camelôs-funcionários. A lógica de trabalho passada pelos donos é direcionada para estimular a concorrência e disputa entre os funcionários, para ver quem consegue maiores comissões e metas de venda.

Do ponto de vista da escolaridade em geral, percebe-se, um aumento do nível de formação escolar. Nota-se que cerca de 74% (somados os com nível superior completo e incompleto) do total de trabalhadores/as possuem, pelo menos, o segundo grau completo (Durães, 2011). Os de nível superior (completo e incompleto) representam 19%. Estes dados mostram um nível relevante de escolaridade.

Do total de entrevistados que tiveram experiência anterior de trabalho, 32 trabalhadores/as, cerca de 71%, vieram de empregos formais (incluídos os trabalhadores com carteira assinada) (Durães,

⁵ Anotações feitas diretamente no questionário.

⁶ Anotações feitas diretamente no questionário.

2011), provavelmente, parte dos denominados “novos informais”, que perderam o trabalho com reestruturações produtivas (Cacciamali, 2000; Filgueiras, et al., 2000; Lima e Soares, 2002; e Silva, 2002).

Cerca de 88% possuem até 40 anos, somados os jovens (de 15 a 24 anos) e os adultos (de 25 a 40 anos). Trata-se de um universo de pesquisa marcado por jovens (Durães, 2011).

Ainda no contexto do perfil, evidenciaremos a questão dos rendimentos. Por sinal, tal tema apresentou muita dificuldade de captação de sua veracidade, principalmente, quando se trata deste tipo de pesquisa. É comum o pesquisado não saber ao certo quais são seus rendimentos, notadamente, quando se trata de atividades informais mais tradicionais, mesmo porque, não se fazia praticamente nenhum cálculo de entrada e saída de mercadorias. O camelô tradicional corresponde o trabalhador que vive no limite da sobrevivência, conquistando dia-a-dia suas necessidades, sua alimentação, vestimenta, moradia. São atividades menos reconfiguradas. São os mais vulneráveis às ações de controle e repressão do poder público municipal e praticamente desprovidos do acesso à seguridade social e à saúde (Durães, 2006).

Era tudo feito basicamente no costume⁷. No caso dos camelôs de produtos tecnológicos nota-se uma mudança neste perfil. Agora, aparece muito bem definido a noção do cálculo e controle das vendas, cerca de 95% faziam controle de vendas (Durães, 2011).

Neste tipo de pesquisa, é comum os/as pesquisados/as ocultarem seus rendimentos ou informarem um valor abaixo do real. Isto serve como uma forma de proteção, usada para tentar permanecer invisível diante da fiscalização, principalmente, quando se realizam atividades marcadas, de alguma forma, por ilicitudes.

Na tabela 01 abaixo, apresenta-se a distribuição dos rendimentos conforme ser ou não proprietário do negócio. Fizeram parte da pesquisa 15 proprietários, como pode ser visto na tabela, e 27 camelôs funcionários/as. Conforme vai aumentando a renda, ocorre uma diminuição e extinção da participação de funcionários, o que serve para caracterizar que os maiores rendimentos são dos donos do negócio, os patrões.

Tabela 01 - Dist. dos Entrev. Cruzando Dados: Proprietário e Renda na Atividade

Renda nesta atividade:	Proprietário do negócio?		
	Sim	Não	Total
Até 1 S.M	0	1	1
Mais de 1 a 2 S.M	0	15	15
Mais de 2 a 3 S.M	2	9	11
Mais de 3 até 4 S.M	3	2	5
Mais de 4 até 5 S.M	2	0	2
Mais de 5 até 7 S.M	3	0	3
Mais de 7 até 10 S.M	3	0	3
Acima de 10 S.M	2	0	2
Total	15	27	42

Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

Ainda conforme a tabela, percebe-se alguns funcionários com renda um pouco maior do que a maioria, no caso, 2 deles, duas mulheres. Estas chegam a ganhar entre 3 e 4 salários mínimos, são minorias ou 7% do total. Nestes dois casos, são pessoas que possuem uma função importante no negócio, uma espécie de supervisores ou gerentes, como declararam ser. No caso específico de uma

⁷Sobre camelô tradicional, ver: Oliveira (1998), Jakobsen, Martins e Dombrowski (2000), Conserva (2003), Durães (2006) e Lopes (2008), entre outros/as.

delas, é uma pessoa de confiança no negócio, sendo, inclusive, prima do dono, que possui outros negócios de venda de tecnologia.

Esse tipo de informalidade reconfigurada, lotada no universo econômico da circulação (de mercadorias), pode também ser compreendido em outro nível, em outra dimensão (qualitativa), não apenas como a esfera substancializada da troca. Dessa forma, podem ser tomadas como atividades tão produtivas para acumulação capitalista como as oriundas de outras esferas, no caso, da esfera industrial. Aqui, estamos pensando que não haveria uma ideia de hierarquização entre as diferentes esferas existentes na ordem capitalista, ao contrário, haveria complementariedade. Dessa maneira, a circulação assumiria relevância similar sob o ponto de vista da *produção e reprodução do sistema* – nisto estaria sua produtividade. Sem isso não se poderia pensar a própria noção concreto-abstrata do valor de troca das mercadorias (Marx, 2002). Não que a produção do valor de troca ficasse restrito a um local definido, a fábrica. Ocorre em outros espaços, que também são dotados de trabalho, como no domicílio, no setor de serviços, nas formas de trabalho imateriais. Contudo, mesmo assim, nada disso se concretiza, no plano da efetividade de sua existência real, sem o espaço da circulação, seja ele no mercado típico ou em outros meios, como os virtuais. Portanto, aqui tendemos a conceber o universo da circulação como *parte da própria produção* do valor-mercadoria. Pensando no grau de relevância e centralidade que esta esfera (da circulação) possui, sem ser colocada como o momento que vem depois, podemos conceber que a própria noção do valor de troca (MARX, 2002), na sua acepção de ser *produtivo* para o sistema capitalista, de ser resultante de atividade laboral e de gerar riqueza transformada em autovalorização do capital, no caso desses camelôs, ocorre via seu tipo de comércio sofisticado, que é também *parte da produção e reprodução do sistema*.

Esta esfera comercial é também compreendida por nós como integrante da lógica geral de expansão do capital, que produz valor-riqueza e valor-trabalho, pois, ao escoar produtos sofisticados, estaria retroalimentando o capitalismo e, ademais, permitindo a própria continuidade deste. A esfera da circulação é não apenas complementar, mas essencial, parte da produtividade geradora do valor de troca, parte constitutiva.

A Associação dos informais ou o movimento social dos camelôs

A ideia aqui é apresentar observações sobre a organização dos trabalhadores de rua na atualidade. Iremos colocar em evidência duas entrevistas que fizemos com uma representante da Associação dos Comerciantes do Mercado Popular da Uruguaiana (do camelódromo que pesquisamos) em 2008, a qual se chama Sr.^a Paula (nome fictício). Trata-se de uma reflexão incipiente.

Existe uma gama de associações e/ou sindicatos dos trabalhadores informais hoje no Brasil – não temos o número exato, talvez 300 ou 500, agregando sindicatos e associações e em diversos segmentos (tipo mototáxi, vendedores ambulantes, baianas de acarajé, autônomos, taxistas, entre outros), deixando de lado cooperativas de trabalhadores. Assim, tratam-se de entidades com um fim político explícito, não apenas econômico e de trabalho, como no caso de determinadas cooperativas. Vale informar que em muitas grandes cidades existem grupos concorrentes pela representação da categoria, como é o caso do Rio de Janeiro, em que existem, ao menos, duas ou três entidades que representam os trabalhadores.

Conforme a senhora Paula (2008), a Associação da Uruguaiana (Centro do Rio de Janeiro) é um instrumento de organização política e de apoio dos camelôs, além de servir como uma base de assistência para os filiados e familiares. Presta assistência jurídica, serviço de limpeza, segurança e atendimento odontológico. Paula informou que existem 53 trabalhadores contratados pela Associação para prestar estes serviços e que a grande parte é terceirizada de uma empresa de serviços gerais que eles contrataram, ou seja, a própria associação usa de terceirização. A associação é uma espécie de Síndico do Shopping Popular, com a diferença de ter uma relação mais ampla com a sociedade, já que

faz a mediação entre os trabalhadores e o poder público e daqueles com seus funcionários (contratados), e também com o público em geral (clientes) e com o comércio formal das imediações (Centro do Rio). Ademais, exerce uma função política, realizando assembleias, passeatas, abaixo-assinados, reunindo-se com a prefeitura e levando suas pautas, lançando notas na imprensa⁸. Portanto, possui um caráter também representativo e de classe, já que luta pelos interesses de determinado segmento da sociedade. É uma organização de tipo singular, sobretudo por não fazer a mediação clássica entre patrões e empregados (ou entre capital e trabalho).

Outra característica peculiar dessa Associação para um Sindicato formal refere-se ao fato dessa categoria não usar da Greve como instrumento de luta, mesmo porque quem teria suas funções paralisadas com uma greve dos camelôs? O lucro de qual setor ficaria congelado? Mas, é semelhante por usar de passeatas e manifestações.

Conforme Paula (2008), existem cerca de 4 mil trabalhadores no camelódromo (entre donos e funcionários), sendo 1600 camelôs-proprietários cadastrados (permissionários). Essa seria a base de representação. Paula também informou que existem cerca de 10 mil cadastrados na lista de espera para serem camelôs (donos), mas que estão sem vagas no momento e que a prioridade seria para pessoas mais necessitadas, idosos, portadores de doenças graves e ex-presidiários. Ela disse que se sente realizada quando encontra pessoas que conseguem se superar pelo trabalho e que fica feliz que essa superação esteja ocorrendo ali no camelódromo. Essa seria uma função social do camelódromo, permitir o reajuste social de determinados indivíduos que se desviaram do caminho da lei e das regras sociais. Conforme Paula, referindo-se a um caso de um rapaz que estava preso, diz:

[...] eu conheço um rapaz, ele trabalhava direitinho, coisa e tal, pai de família, e só que se desarrumou na vida, teve uns problemas, aí, roubou, foi preso. Quando ele saiu, ele não teve apoio de ninguém, a mulher casou com outro, pegou os filhos, a família abandonou... e ele saiu, ficou perdido. Então, uma semana depois, foi preso de novo, porque não teve ninguém pra apoiar. Pois eu tô esperando ele sair, tô esperando ele sair. E vou botar ele aqui dentro trabalhando. Eu sei que ele tem condições e capacidade de se regenerar, ele não teve ninguém que desse a mão pra ele. Porque se eu soubesse que a família não ia dar a mão pra ele, eu teria dado a mão, botaria ele na sala lá dentro. Esse homem eu vou ajudar. (Paula, entrevista em 2008)

Essa é uma atitude interessante, todavia revela também o caráter pessoalizado das relações. Não basta uma pessoa ter o perfil para entrar no camelódromo, às vezes tem que ter o contato com o pessoal da associação ou a simpatia.

A Associação da Uruguaiana foi fundada em 1994, no mesmo ano da criação do camelódromo, na gestão do prefeito Cesar Maia. Paula diz que o camelódromo foi a melhor coisa que foi feita. Ela agradece muito ao ex-prefeito, chega a transformá-lo quase em um salvador, iluminado, como ela diz: “Um abençoado”. Em diversos momentos na entrevista, ela se referia com grande gratidão e reafirmou várias vezes que estão melhor agora do que antes e melhor do que muitos camelôs que estão nas ruas ou em outros camelódromos menores da cidade. Vejamos a fala de Paula sobre essa questão, diz:

⁸No início de 2009, presenciei uma assembleia da categoria, realizada no próprio camelódromo. Havia sido convocada uma semana antes – foi entregue um comunicado impresso para cada camelô. Foi discutido na reunião os seguintes pontos: prestação de contas da Associação; a proibição de venda de produtos piratas/falsificados e o ato público que iriam fazer até a prefeitura, solicitando a permanência deles no local atual de trabalho.

Eu não queria vir aqui para dentro. Eu vim aqui para dentro, olha, na paulada mesmo, na força. Poucos queriam. Imagina se esse abençoado desse homem [referindo-se ao prefeito do Rio de Janeiro da época, 1994, César Maia] não obriga agente a vir aqui pra dentro? O que seria de nós hoje? É porque o camelô que tá lá fora, ele vive situações bem piores do que a nossa, bem piores, num tem nem comparação. Já apanhei muito na cara, já briguei, já dei paulada, já levei, fiz tudo de ruim na rua. Hoje em dia, meu Deus, sou uma privilegiada. (Idem).

É recorrente na fala da representante da Associação essa gratidão a alguém que contribuiu muito pelo camelódromo (um político ou um diretor da associação). Quando na verdade, pudemos ver que muitas das melhorias terminaram sendo resultado de anos de lutas contra ações do poder público. Muita coisa foi resultado da própria organização dos trabalhadores. Portanto, essas supostas dádivas significam o resultado da mobilização histórica.

A principal pauta de reivindicação da Associação hoje, conforme informou Paula (2008), refere-se à manutenção do próprio camelódromo no local. Em segundo lugar, diz Paula, tem a questão da infraestrutura. Ademais, ela disse que precisa melhorar a parte de banheiros para os trabalhadores e clientes. Outra bandeira de luta é a proposta da Associação para criar uma creche para os associados, esperam que a prefeitura incorpore essa ideia – pudemos ver que a Associação tem um pauta bem localizada, sem uma vinculação com questões mais abrangentes da Sociedade. Isso parece representar uma limitação política do grupo.

Perguntamos para Paula sobre possíveis diferenciações internas existentes entre os camelôs, por exemplo, entre um que tem mais condições do que outro, entre o camelô-proprietário e o funcionário, entre os tipos de produtos comercializados e etc. Disse Paula sobre essa questão:

Se você vende caneta e eu vendo computador, você é camelô e eu sou camelô. Só que eu tenho mais condições que você, entendeu? Mas você vai ser tratado aqui da mesma forma [na Associação], é a mesma coisa, porque os trinta que eu pago [para associação, como taxa semanal] é os trinta que você paga também. Então, se o teu dinheiro é abençoado o meu também é (Entrevista em 2008).

E conclui dizendo: “Aqui ninguém é melhor do que ninguém” (Idem,).

Contudo, sobre uma possível diferenciação de renda dos camelôs de tecnologia para os outros, Paula diz que existe sim diferenças e justifica, como se fosse algo oriundo apenas da própria iniciativa do camelô que procurou se modernizar e melhorar sua loja, não percebendo que pode ser algo mais amplo, estrutural, oriundo de mudanças do próprio capitalismo, que envolvem as mercadorias comercializadas e suas formas de escoamento, diz:

[...] eles tem uma vida melhor. Mas para isso, vou lhe dizer uma coisa: tenho quinze anos de trabalho. Como é que você vai trabalhar quinze anos da tua vida num canto, que é uma área nobre da cidade, sem progredir? Só se você for uma pessoa que não tem cabeça, você tá trabalhando ali, porque vai gastar cem? Gasta vinte e guarda oitenta. Hoje em dia, poxa, camelô que trabalha aqui no Camelódromo tem um apartamento ali num bairro bom, fulano comprou a casa de praia ali, será que essa pessoa não merece? Trabalhar o dia todinho aqui dentro com sol, com chuva, num calor de 40°, não é fácil não [...]. Viajando, se arriscando na estrada, tendo o risco de fiscalização, de ser assaltado, de acidente de carro, isso e aquilo, não vai ter condições de comprar um carro? (Idem).

Paula, ainda se referindo ao camelô de tecnologia e ao processo de gênese desse trabalhador, afirma que uma parte vendia outros produtos, mas viram que a tecnologia dava mais, daí, fizeram parceria com outros camelôs, ou pegou um empréstimo com parente ou banco e mudou de negócio da noite para o dia. Ela descreve esse processo de mudanças do seguinte modo:

Aqui um se baseia muito no outro, observa a mercadoria do outro. Às vezes, tem um associado que tá trabalhando com roupa, não tá dando certo. Ele vai desfazer daquelas roupas, vai vender na rua, bota à noite pra vender na rua, corre, vende tudo, e vai guardar o dinheiro dele, e vai começar do nada. Ele vai no banco, ele vai pegar um empréstimo, ele vai pedir dinheiro emprestado ao parente. Ele vai começar uma transformação, vai fazer uma obra no box dele. A primeira coisa que ele faz, ele não compra mercadoria não. É botar o box dele bem bonito, pois é o cartão de visitas. Depois, ele vai procurar uma pessoa que seja capaz igual a ele, que eles são inteligentes nesse ponto, são criativos, não são burros, uma pessoa que seja capaz igual, honesta tanto quanto ele. Se une os dois, e os dois crescem.

Por fim, uma última observação. É sobre a questão de gênero, a qual ficou evidente ao longo da pesquisa. Nas duas entrevistas que fiz com Paula, ela relatou um certo desconforto com relação ao machismo dos camelôs, que para ela é forte e persistente no Camelódromo e, por vezes, põe em xeque a gestão da associação que é feita por mulheres, como ela diz: “[...] às vezes para aceitar a mulher é meio difícil, mas com o tempo eles vão aprender que a mulher está mudando o mundo, não é mesmo?”

Conclusão

Este camelô reconfigurado não representa mera repetição do trabalho formal. Ao contrário, são formas inovadoras, que reproduzem estilos da atividade de rua urbana em geral, mas incorporando características novas. Significa uma *nova veia de alimentação do capital*. Nesse sentido, jamais pode ser apreendido como trabalho anacrônico. A própria expansão capitalista é recheada de diferentes vias, umas legais, outras desreguladas. Conforme Ribeiro (2007) esta informalidade representa uma globalização popular e não-hegemônica. Considero, na verdade, uma atividade global, conectada com as formas principais de comercialização e *também eficiente para reprodução do sistema*.

Essa ligação com o capitalismo permite colocar essas atividades no mesmo nível, do ponto de vista *reflexivo*, que qualquer outro trabalho. A dinâmica mais geral do sistema criou e usa dessa informalidade, por isso, não poderia representar espaço de *autonomia e liberdade*, fechados, mesmo porque esse tipo de trabalho vale-se de elementos similares ao trabalho formal, lógicas parecidas de trabalho e de lucro (de exploração). Dessa maneira, não poderiam jamais representar um *espaço alternativo*. Ao cumprirem um de seus papéis principais, agentes de circulação, e por representarem a forma de inserção laboral de inúmeros indivíduos, que obtém naquela atividade um salário (ganho) para sua reprodução, os camelôs de tecnologia *existem para manutenção do sistema*. Representam também trabalhos encapsulados, poderíamos dizer alienados. Além de constituírem trabalhadores que podem fazer a migração de ida ou volta para o trabalho formal ou ficarem apenas pressionando os trabalhadores empregados a aceitarem condições precárias e aviltantes de trabalho, função de exército de reserva (Marx, 2002).

Os camelôs de tecnologia trazem marcas da sociedade do capital, como o lucro, a dicotomia capital-trabalho, o salário, jornada fixa, o controle, a exploração do trabalho, entre outras. São, por assim dizer, resultantes de influências do sistema, não apenas pelo papel que exercem no circuito da

mercadoria, como “trabalhadores gratuitos” (Durães, 2005), mas também por estarem ligados a suas lógicas internas constitutivas, lógicas da sociedade da produção e consumo.

Portanto, não se pode pensar nesses camelôs como trabalhadores autônomos, experiências individualizadas, como *ilhas de invenção*. Fazer isso é incorrer num mito corrente de que são expressões da autonomia. É ficar na aparência do fenômeno.

Por fim, vale frisar que essas formas de trabalho de rua são também *produtivas* para a *expansão capitalista*. Não no sentido de ser produtivo por ser fonte geradora de valor de troca, por ser fonte de um *quantum* de tempo de trabalho cristalizado na mercadoria (MARX, 2002). É *produtivo*, na verdade, por participar de uma maneira geral na acumulação do capital (na geração de valor-trabalho e valor-riqueza), mesmo que não seja diretamente produtivo (mas indireto), participa da forma global de extração de trabalho para expansão do sistema – um quantum de trabalho informal entra também no processo de realização do “valor”.

Referências

ANTUNES, R. *A Rebelião do Trabalho: o confronto operário no ABC Paulista, as greves de 1978/80*. 2 e.d. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

ARAÚJO, Angela. “Estado e Trabalhadores”. In: ARAÚJO, A. (Org.). *Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 29-57.

BOITO JR., A. *O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 1991.

BRITO, Diana; CORRÊA, Hudson. “PF suspeita que camelôs pagavam “caixinha” a polícia no Rio”. In: *FOLHA DE SÃO PAULO*, 18 de fevereiro de 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina. “Globalização e processo de informalidade”. In: *Economia e Sociedade*, Campinas: Unicamp. I.E., n. 14, jun. 2000. p.152 – 174.

CONSERVA, Marinalva de Souza. *A atividade ambulante e suas redes sociais de labirinto em João Pessoa (PB)*. Tese em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

DURÃES, Bruno J. R. “Trabalho de rua em Salvador e sua contribuição para acumulação capitalista: o trabalhador gratuito”. *Temáticas - IFCH/UNICAMP*, 25/26, 2005, p.217 - 238.

_____. *Trabalhadores de rua de Salvador: Precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Unicamp, 2006.

_____. “Camelô de tecnologia ou um novo “negócio” de sucesso na rua”. In: *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*. Ano VIII, 89. Publicado em: www.espacoacademico.com.br, 2008.

_____. Novas formas de trabalho no capitalismo: os camelôs globais de produtos tecnológicos. In: ARAÚJO, A.; OLIVEIRA, Roberto V. de. *Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção*. São Paulo: Annablume/CNPq, 2011.

_____. Trabalho de rua, perseguições e resistências: Salvador no final do século XIX. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v. 04, p. 72-93, 2012.

DIEESE. *A Informalidade e o Movimento sindical: uma agenda para o século XXI* (Nota Técnica). São Paulo: DIEESE, n.99, maio de 2011.

FILGUEIRAS, Luiz A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. *O conceito de informalidade: problema ou solução?*. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas, 2000 (mimeo).

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). *Mapa do Trabalho Informal: Perfil Socioeconômico dos Trabalhadores Informais na Cidade de São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José. Trabalho Flexível e Novo Informal. In: *Caderno do CRH*, Salvador, Ufba, n.37, 2002, p.163-180.

LOPES, Edmar A. de Barra e. *As novas faces da informalidade na região central de Goiânia-Go: Os trabalhadores ambulantes em um contexto de transformação do mercado de trabalho*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Campinas: IFCH/Unicamp, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. “Da informalidade à empregabilidade. Reorganizando a dominação no mundo do trabalho”. In: *Caderno do CRH*, Salvador, Ufba, n.37, 2002, p.81-109.

MARX, Karl. Para crítica a economia política. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

_____. *O capital: crítica da economia política: Livro Vol 1 e 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Tradução de Reginaldo Sant’Anna, 2002.

OLIVEIRA, Florinda Lopes Pinheiro de. *A luta pelo trabalho: os novos camelôs no Rio de Janeiro*. Dissertação. Rio de Janeiro: Escola de Serviço Social, UFRJ, 1998.

RAMALHO, Sérgio. “Testemunha acusa Allan Turnowski de receber propina para proteger milícia e não reprimir [camelódromo]”. In: *O GLOBO*, 17 de fevereiro de 2011.

REIS, João José. A Greve Negra de 1857 na Bahia. In: *Revista da USP*, São Paulo, n. 18, jul. ago. 1991.

_____. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. In: *Afro-Ásia*. Salvador, 24, 2000, p. 199-242.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. El sistema mundial no-hegemônico y la globalización popular. *Série Antropologia*, DF: UNB, vol. 410, 2007.

RODRIGUES, Iram J. *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT*. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1997.

TAVARES, Maria Augusta. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.